



## CIDADE HISTÓRICA DE PEQUENO PORTE: DESAFIOS DO PLANEJAMENTO URBANO MUNICIPAL

**Edinardo Rodrigues Lucas**

UNB

*edinardolucas@gmail.com*

**Benny Shvarsberg**

Universidade Nacional de Brasília

*benny@unb.br*



## **CIDADE HISTÓRICA DE PEQUENO PORTE: DESAFIOS DO PLANEJAMENTO URBANO MUNICIPAL**

**E. R. Lucas, B. Schvarsberg**

### **RESUMO**

O objetivo desse artigo é refletir sobre o planejamento, com ênfase na regulação dos parâmetros urbanísticos e do perímetro urbano, e a produção do espaço urbano, especialmente problematizando a expansão urbana em pequenas cidades históricas a partir do estudo de caso da cidade de Goiás (GO, BR), antiga capital do estado de Goiás. O estudo tem como recorte temporal as duas primeiras décadas desse século em que se analisam as transformações ocorridas a partir da obtenção do título de Patrimônio Mundial da Humanidade (UNESCO – 2001), das Obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC Cidades Históricas e PMCMV) e também da expansão das instituições de ensino superior na cidade. Os resultados da pesquisa demonstram a falta de articulação dos programas e investimentos públicos federais e estaduais com diretrizes de gestão de cidades colocadas pelo Estatuto das Cidades e sua estreita relação com interesses individuais e a política patrimonialista.

### **1 INTRODUÇÃO**

O objetivo desse artigo é refletir sobre o planejamento territorial urbano a partir da regulação dos parâmetros urbanísticos e do perímetro urbano, bem como a produção do espaço urbano analisando a expansão urbana em pequenas cidades históricas. A referência empírica e objeto da pesquisa é a cidade de Goiás (GO, BR), antiga capital do estado de Goiás até o ano de 1937 em que perdeu a condição de capital para a cidade planejada e recém inaugurada Goiânia. O estudo tem como foco as duas primeiras décadas desse século em que se analisa as transformações ocorridas a partir do título de Patrimônio Mundial da Humanidade (UNESCO – 2001), das Obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC Cidades Históricas e Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV) e também da expansão das instituições de ensino superior na cidade.

O município de Goiás tem hoje cerca de 24 mil habitantes e recebeu nas duas últimas décadas vários investimentos federais e estaduais. É fato que houve grande crescimento econômico e urbano nos primeiros anos desse século e a consequência disso é que as cidades têm passado por fases de transformações morfológicas, sejam aquelas dentro das áreas consolidadas com o incremento de novas tipologias habitacionais e mudança de uso do solo, sejam aquelas ocorridas em novas zonas de expansão com o advento de novos loteamentos urbanos. Todas essas transformações aconteceram na cidade de Goiás sem a atualização dos regulamentos municipais que poderiam trazer instrumentos urbanísticos para que a cidade

se desenvolvesse de forma coerente com seu poder de gestão e parâmetros de sustentabilidade. A última atualização do Plano Diretor Municipal é do ano de 1996.

**A hipótese** aqui levantada, para efeito de análise investigativa, é que os programas e linhas de financiamento federais em sua implementação determinaram a produção do espaço urbano com efeitos no perímetro urbano e no uso e ocupação do solo, praticado sem diretrizes de planejamento a médio e longo prazo, e em detrimento das poucas e frágeis regulações municipais e das diretrizes do Estatuto das Cidades.

A investigação avança ao propor a identificação e análise das consequências dessa prática de desarticulação entre os programas e financiamentos com o planejamento e regulação municipal podendo, assim, revelar evidências e construir uma leitura crítica da natureza e dinâmica desse processo a partir do estudo de caso da cidade de Goiás no período em tela. Com esta perspectiva de abordagem metodológica o trabalho pretende produzir conhecimento teórico e empírico aplicado ao planejamento urbano, às políticas públicas e ao planejamento municipal de cidades pequenas e históricas.

## **2 CONTEXTO: CIDADE PEQUENA E HISTÓRICA**

O município de Goiás localiza-se na mesorregião Noroeste Goiano, a 131 km da capital Goiânia e tem população total de 24.727 habitantes (IBGE, 2010). O município é constituído de 6 distritos: Goiás, Buenolândia, Calcilândia, Davidópolis, São João e Colônia de Uvá. Além dos aglomerados de Areias, Ferreiro e São José da Lajinha. Importante destacar também que na área rural existem 24 projetos de assentamento da reforma agrária.

A história da formação urbana do município está intimamente ligada ao movimento dos bandeirantes à procura de ouro. Data de 1726 a fundação do primeiro distrito do município, arraial da Barra (hoje Buenolândia) e nos anos seguintes foram fundados os distritos de Ouro Fino, Ferreiro e Santana (hoje a cidade de Goiás).

Goiás passou por diversas fases morfológicas durante sua história sempre influenciadas pelas mudanças de função que a cidade teria em relação a administração estadual, economia e sua função em relação a rede de cidades na qual se insere. Em resumo Chaibub e Jr. (1999) descreveram assim as fases:

- 1727 – 1739 | **A cidade se forma** – Arraial condicionado à morfologia do sítio com quintais que confortavam o rio;

- 1739 – 1755 | **A vila se torna capital** – Estabilização da atividade mineratória, mínima racionalização da divisão do trabalho, ganhos econômicos para minerados e coroa configuram um período de expansão;

- 1755 – 1808 | **A Vila se urbaniza** - Progressiva decadência da exploração do ouro, sobrevivência pelo comércio (ponto de passagem para Mato Grosso);

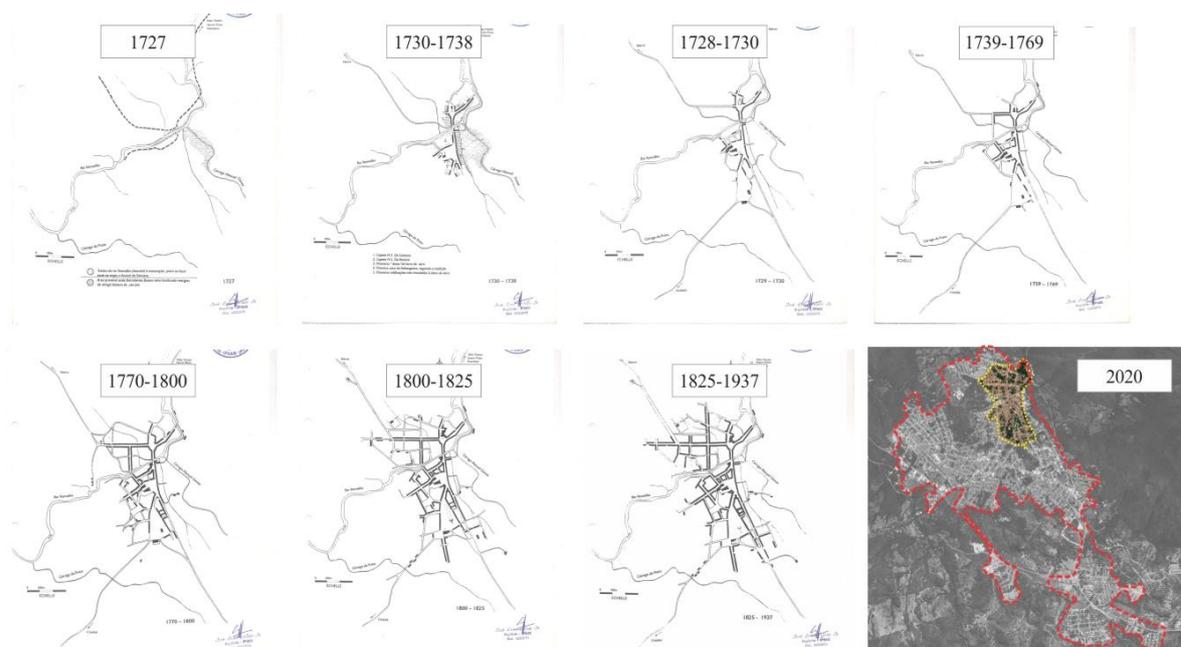
- 1802 – 1822 | **A cidade se transforma e se adapta** – recessão das atividades mineratórias, estagnação das atividades mercantis e estruturação das atividades agropecuárias e da economia de subsistência;

- 1822 – 1933 | **A Cidade Resiste** – necessidade de ocupação do interior do país consolida a vila-capital, mas com “lentíssima e discreta” expansão dos espaços urbanos;

- 1933 – 1960 | **A cidade estagna economicamente** – mudança da capital para Goiânia, lenta expansão das áreas urbanas periféricas (imigrantes do triângulo mineiro mais o crescimento vegetativo) consolida o Bacalhau, Setor João Francisco, Chapéu do padre e Boa vista e vertentes colaterais do rio vermelho), tombamento de vários edifícios pelo IPHAN;

- 1960 – “até os dias atuais” (1999) - inauguração de Brasília, surto desenvolvimentista que afetou a cidade de Goiás. As migrações e outras pressões de transformação de espaços para uso comercial, de serviços e de outras atividades antes inexistentes, de saúde, lazer e ensino em diversos níveis. Acrescento nessa última fase descrita pelos autores o fim do sonho de interiorização do país com o êxodo rural direcionado principalmente aos grandes centros de comércio e serviços. É ainda nesse período que a população de Goiás volta a decrescer.

Todas essas fases descritas pelos autores são acompanhadas de imagens que apresentam as transformações do espaço urbano no decorrer desses períodos (Figura 1), com destaque para a proporção do espaço urbano no fim desse período (amarelo) comparado o perímetro urbano consolidado atualmente (vermelho).



**Fig. 1 Evolução urbana da cidade de Goiás (Fonte: Chaibub e Jr,1999) e imagem de 2020, retirado do Google Earth, 2020 e diagramado pelo autor)**

Atualizando as fases descritas pelos autores poderíamos acrescentar:

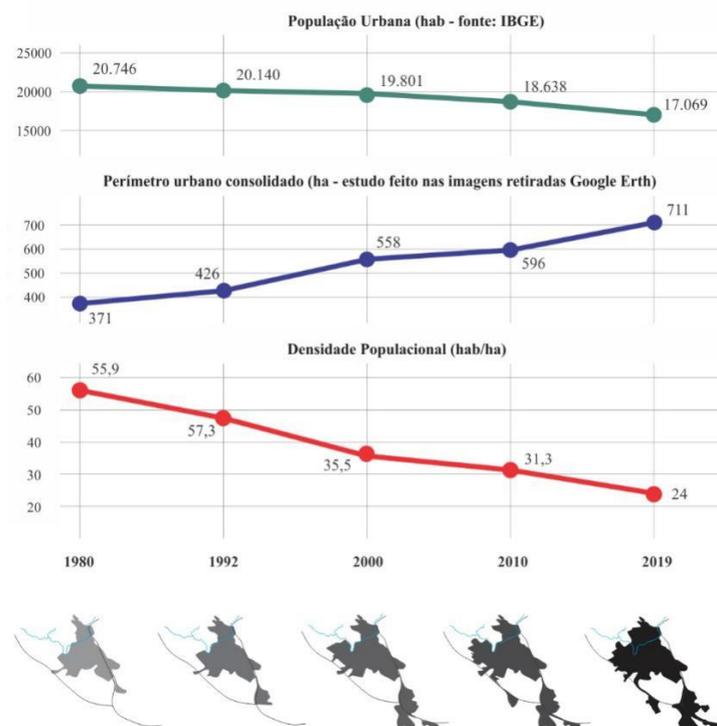
- 2001 – aos dias atuais (2020) | **Patrimônio Cultural da Humanidade** – o título de Patrimônio Cultural da Humanidade pela UNESCO (2001) ajuda a cidade de Goiás a se transformar em um pólo-microrregional concentrando uma série de serviços estaduais e federais como as IES (UEG, IFG e UFG). Projetos de âmbito Federal e Estadual também foram voltados para a cidade como: PAC Cidades Históricas, PMCMV, REUNI, Ambulatório de Especialidades Médicas etc. Mas a economia voltada aos serviços e turismo não decola e continua estagnada e a população continua diminuindo.

Cabe contextualizar aqui também que o documento que respaldou a conquista do título de Patrimônio Cultural da UNESCO em 2001 tinha ligação com o Plano Diretor Desenvolvido em 1996 e trazia em seu conteúdo estratégias para regulação do território do município. Porém o Plano Diretor que deveria ser revisto e alterado com horizontes de planejamento adequados e inclusive se adequar ao Estatuto das Cidades (2001) nunca fora atualizado. O Plano Diretor do Município de Goiás é hoje um instrumento precário e pouco efetivo, em outras palavras, não há uma Política Municipal de Gestão do Território e as necessárias decisões ao longo dos últimos 20 anos foram tomadas pelas administrações vigentes a revelia de um planejamento a médio e longo prazo.

### 3 DESAFIO 1: DESCOMPASSO

Inicialmente a inquietação que desperta essa reflexão é o crescimento territorial do espaço urbano do município de Goiás. O descompasso entre crescimento territorial e a dinâmica populacional podem comprometer o nível de qualidade dos serviços públicos prestados pelo município.

A partir de imagens aéreas de diferentes anos (Google Earth) e dos dados do IBGE podemos notar que o espaço urbano do município de Goiás teve grande crescimento nas últimas décadas, ao passo que sua população diminuía, conforme podemos ver no Gráfico a seguir.



**Fig. 2 Evolução urbana da cidade de Goiás (1980 -2019). Fontes: IBGE e diagramação sobre imagens do Google Earth feitas pelo autor (2020)**

O Perímetro Urbano, como instrumento de diferenciação de terras urbanas e rurais do município, deve ser calculado com base em dados demográficos (projeção de crescimento da população no horizonte de planejamento), número de lotes urbanizados vazios, número de imóveis residências vazios ou subutilizados. Ou seja, a cidade deve ter área de expansão inclusa no perímetro urbano coerente com a expectativa de ocupação desse espaço no tempo.

Mas o que induziu o crescimento do espaço urbano da cidade de Goiás, à medida que sua população urbana diminuía?

A resposta óbvia a essa pergunta é um fenômeno comum nas cidades brasileiras: a especulação imobiliária que está presente em diversas medidas em cidades pequenas, médias e grandes. A lógica na cidade de Goiás não é diferente. Mas o objetivo aqui é entender como programas e linhas de financiamento federais ou estaduais em sua implementação determinaram a produção do espaço urbano, precisamos entender como esses empreendedores se articularam às políticas e programas para aumentar seus ganhos.

Uma das principais tarefas do Plano Diretor é delimitar /diferenciar a área urbana da zona rural. Isto é, delimitar a área do município que terá lotes, infraestrutura urbana e serviços urbanos de forma concentrada no município – asfalto, redes de energia, água, esgoto e telefonia são estruturas caras e que carecem de uma boa densidade de habitantes para garantir sua sustentabilidade financeira. Porém o Plano Diretor do Município de Goiás é de 1996 e não foi atualizado até os dias atuais. Essa fragilidade abre brechas aos legisladores e empreendedores pois não há diretrizes claras para a gestão do território do município. Nesse hiato sobram pressões e soluções imediatas desconectadas de diretrizes públicas que conduzam o desenvolvimento do município.

A partir de 2001 com a instituição do Estatuto das Cidades e a consolidação do Ministério das Cidades (2003) foram direcionados planos, programas e financiamentos para as cidades. Tais investimentos foram capazes de modificar as paisagens existentes. A partir de então, o Perímetro Urbano do Município de Goiás foi sendo modificado para dar respostas pontuais e desintegradas à projetos ou financiamentos públicos.

Exemplo da alteração de Perímetro Urbano é a Lei Municipal 016/2011 que doa área para a construção de 100 unidades do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) e acrescenta uma área de expansão. A localização das unidades – periférica e descontínua – é definida, nos municípios e metrópoles, por agentes do mercado imobiliário sem obedecer a orientação pública, mas sim, a lógica do mercado (MARICATO, 2011, p.69). É a “limitada aplicação dos Planos Diretores, suas diretrizes, zoneamentos e parâmetros urbanísticos, na orientação do crescimento urbano” (SCHVARSBURG, 2019), porém a acrescenta-se aqui a inexistência de uma orientação pública que deveria estar gravada nas necessárias atualizações do Plano Diretor de 1996 agrava ainda mais o problema.

Outros investimentos públicos que modificaram o perímetro foram: a construção do Ambulatório de Especialidades Médicas, doando a área de expansão para o Governo Estadual (Lei Municipal 006/2013) e; a construção do Instituto Federal de Goiás (IFG) – Campus Cidade de Goiás inaugurado em 2017.

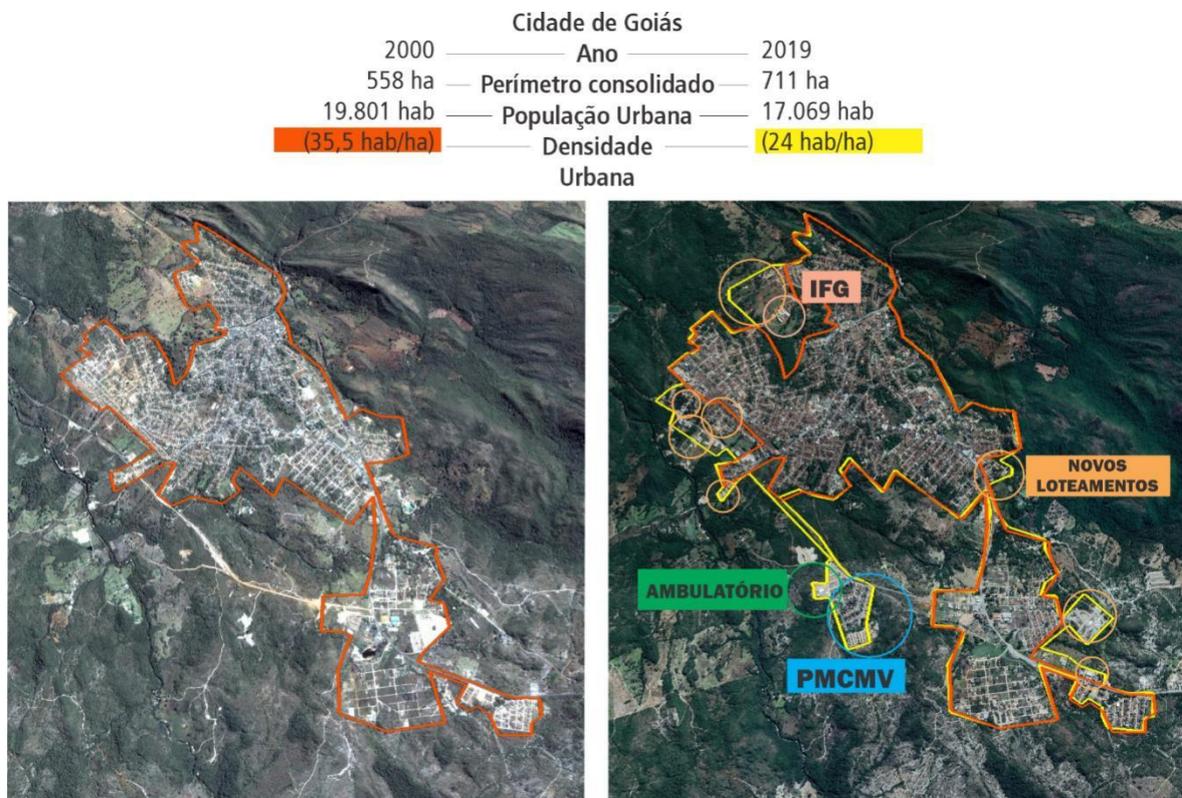
Sobre a construção (ainda não inaugurado) do Ambulatório de Especialidade Médicas é importante ressaltar que no município há edifícios abandonados que já foram hospitais municipais e que teriam potencial para requalificação e construção de anexos podendo comportar o novo equipamento no perímetro urbano já consolidado da cidade e com fácil acesso à população.

Já o IFG foi implantado na Cidade de Goiás em 2012 e iniciou suas atividades no Quartel do XX, na praça do Chafariz no Centro Histórico da cidade. A inserção do IFG na área central além de diminuir as distâncias percorridas por alunos de diversos setores da cidade

cooperava para a diversidade de usos e ativação do Largo do Chafariz, importante ponto turístico da cidade que também comporta uma das unidades da UFG, (no Colégio Santana) e a agência dos Correios.

A construção de um novo edifício para o IFG na periferia da cidade em local de difícil acesso trouxe diversos problemas para a administração municipal: necessidade de alteração de linha de ônibus para servir os alunos; necessidade de investimento público construção de uma nova ponte para ligar o edifício com outra parte da cidade e até o calçamento de ruas para o acesso. Todas essas ações, incluindo a construção do próprio IFG, serviram para valorizar os terrenos do loteamento do empreendedor que “doou” parte da gleba para o Instituto. Há de se ressaltar ainda que o parcelamento adjacente foi entregue sem as estruturas básicas exigidas pela Lei Federal de Parcelamento do Solo (Lei Federal 6766/79) como o asfalto, por exemplo. Esse ônus, agora, também recai sobre a administração municipal.

Como podemos ver todas essas alterações no perímetro urbano foram feitas a partir de investimentos públicos federais e estaduais. Na Figura 3 podemos ver a localização desses projetos.



**Fig. 3 Comparação de dados territoriais e populacionais da cidade de Goiás nos anos de 2000 e 2019. Fonte: Google Earth diagramado pelo autor.**

Percebe-se pelos dados e imagem do perímetro consolidado a baixa densidade - com bairros com pouca ocupação – e ainda bairros desconectados e distantes da malha central. Além disso há um descompasso entre a abertura de novos loteamentos e a taxa de crescimento populacional como se observa nos dados expressos na Figura 3.

A densidade urbana caiu de 35,5 para 24hab/ha, nas duas últimas décadas, em outras palavras, a cidade cresceu e a população diminuiu, o que leva ao questionamento do caráter desse crescimento especulativo de discutível sustentabilidade ambiental e econômica do

ponto de vista das infraestruturas e serviços urbanos do município. Ou seja, no que tange a gestão do território urbano isso mostra que há menos contribuintes para pagar um território maior. Outros possíveis impactos são: o despovoamento do Centro Histórico; a baixa densidade de bairros antigos e novos, gerando insegurança; imóveis vazios ou subutilizados e maiores deslocamentos entre moradia, emprego, saúde, lazer etc.

Há a necessidade de destacar que há no perímetro consolidado espaços e edifícios que poderiam ser adequados com os investimentos realizados e consolidar diferentes usos na área tombada ou seu entorno. Mas o Centro Histórico, patrimônio da cidade é abandonado.

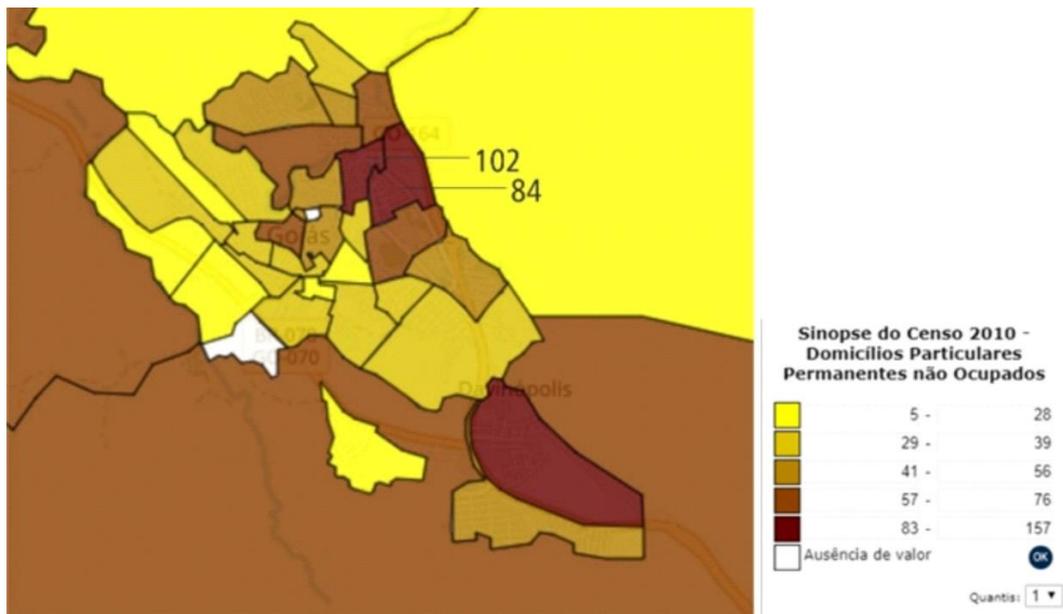
#### **4 DESAFIO 2: ABANDONO**

Através da leitura técnica sobre o uso e ocupação do solo da cidade de Goiás é possível constatar que atualmente a cidade tem dois núcleos que são referência para o restante da cidade: o Centro Histórico e o bairro João Francisco. O Centro Histórico aglomera museus, casas antigas, bancos, bares, restaurantes, lojas de artesanatos, serviços públicos e, claro, é a referência para o turista. Já no João Francisco estão as grandes lojas de eletrodomésticos, comércio variado e a feria no fim de semana. É o centro comercial da cidade.

Outro setor que merece menção é o Setor Aeroporto, que faz limite com o bairro João Francisco, tem nos últimos anos sofrido uma mudança na forma de uso e ocupação do solo. Se antes o bairro era apenas residencial agora começa a se instalar vários prédios públicos: 12º Cartório Eleitoral (TER-GO), Fórum entre outros.

O espraiamento causado pelo aumento do perímetro urbano em descompasso com a dinâmica populacional do município causa, como já foi dito, o despovoamento do Centro Histórico. A alta oferta de terrenos grandes e baratos nas franjas da cidade - com rápido acesso de automóvel - é uma oportunidade buscada por diversos moradores em detrimento a casas antigas e de difícil manutenção no Centro Histórico e até de outros terrenos menores nos bairros consolidados. Há um grande número de lotes ainda não edificados e que já contam com boa parte de infraestrutura urbana instalada gerando altos custos à administração pública. Segundo levantamento feito pela prefeitura de Goiás a cidade tem 11.164 lotes, dos quais 3.152 estão vagos (28,2%).

Sobre os imóveis já edificados, segundo o IBGE (2010), o município de Goiás conta com 6335 unidades na área urbana. Pelo mapa de setores censitários (IBGE, 2010) constatamos que há cerca de 1200 imóveis vagos (cerca de 19% do total), o que é expressivo. Nota-se que um dos setores mais afetados com o esvaziamento populacional é o Centro Histórico que conta com diversas edificações abandonadas. Na Figura 4 podemos perceber que quanto mais escuro mais há imóveis vagos em determinada região censitária. Percebe-se então o esvaziamento das áreas centrais e históricas (em duas regiões do Centro Histórico são quase 200 imóveis desocupados).



**Fig. 4 Domicílios particulares permanentes não ocupados. Fonte: IBGE, Sinopse por setores, Censo 2010**

As ações de Planejamento Urbano, os programas e investimentos públicos na cidade deveriam, então, conter a expansão urbana desnecessária e criar meios para valorização da Área Tombada e de Entorno. Os investimentos públicos deveriam criar nessas áreas condições adequadas de moradia, com a diversidade de usos necessários no dia-a-dia conjugados com usos e serviços para o turismo. A diversidade de usos no Centro Histórico e Entorno é essencial para manutenção desses territórios ativos em diferentes dias e horários.

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), iniciado em 2007, uma iniciativa do Governo Federal coordenada pelo Ministério do Planejamento que promoveu a retomada do planejamento e execução de grandes obras de infraestrutura social, urbana, logística e energética do Brasil. São projetos relacionados ao PAC: o PMCMV e O PAC Cidades Históricas.

O PMCMV como já foi dito induziu o crescimento do perímetro urbano. Já o PAC Cidades Históricas tinha, dentre seus objetivos, contribuir para o ordenamento e o planejamento urbano das cidades brasileiras sob proteção federal. No município de Goiás realizou, a partir de 2013, seis obras: a Recuperação da Ponte da Cambaúba, a Restauração do Mercado Municipal, a Requalificação da Sede da Diocese de Goiás – instalação do Arquivo Diocesano, a Restauração do Cine Teatro São Joaquim, a Restauração da Sede da Prefeitura de Goiás e a Restauração do casarão as Escola de Artes Veiga Valle.

A adequação do prédio da Prefeitura, para citar uma das ações, com um novo bloco anexo e consequente aumento da sua capacidade manteve a atividade da administração municipal em local original e possibilitou a diversidade de uso no Centro Histórico.

Mesmo toda a articulação e eficiência apresentada pela Prefeitura e Iphan na execução das obras do PAC Cidades históricas não possibilitaram a retomada do planejamento e efetivação de mais uma das diretrizes do projeto que era considerar, dialogar e propor soluções capazes de integrar as políticas públicas, e integrar-se com os planos e os programas elaborados em nível local, regional, estadual e federal (Lei Orgânica; Plano Plurianual -

PPA; Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO; Orçamento Participativo; Planos setoriais; Plano Diretor.

Se as diretrizes de intervenção do PAC Cidades Históricas, consonantes com o Estatuto das Cidades, mostram o caminho para a criação de um território de qualidade com preservação e diversificação de usos, os outros investimentos públicos caminharam em direção contrária como já fora apresentado com os investimentos do PMCMV, do REUNI (IFG), do Ambulatório de Especialidades Médicas (Governo Estadual). Somam se a esses casos ainda a instalação do 12º Cartório Eleitoral (TER-GO) e a Transferência do Fórum da Comarca da Cidade de Goiás para edifícios novos edifícios no Setor Aeroporto.

Se o espraiamento causa esvaziamento populacional do Centro Histórico, a falta de uma política para controle de uso e ocupação do território causa a migração de instituições/ serviços para bairros residenciais. O Centro Histórico, requalificado pelo PAC Cidades Históricas, passa cada vez mais a soar para os moradores como cidade cenográfica para onde só sobram alguns bares, restaurantes e museus – com isso seu uso e atividade ficam restringidos a horários e períodos específicos – há pouca vitalidade/urbanidade.

### **5 DESAFIO 3: MÁQUINA DE CRESCIMENTO**

As estratégias que produzem o espaço urbano — disperso, segregado e sem planejamento público e participativo — exprimem a (re)produção do capital e suas parcerias público-privadas (CARLOS, 2008). Tal coalisão acontece onde há a possibilidade de lucro independentemente da escala da cidade.

Para Molotch (1976) essa coalização (estado e empreendedores privados) forma uma “máquina de crescimento”. Segundo o autor uma cidade e, geralmente, qualquer localidade, é concebida como expressão dos interesses de alguma elite de terras. Tal elite tem como objetivo lucrar com a crescente intensificação do uso terra levando a aplicação de recursos (públicos ou privados) a induzir o crescimento da cidade no vetor de suas propriedades. Apesar do estudo do autor ser em um contexto de cidades norte-americanas e no fim da década de 1970, tal descrição se faz coerente com as estratégias de produção do espaço urbano brasileiro e inclusive as apresentadas ao estudar a cidade de Goiás nos dias de hoje.

Porém como nos alerta Bacelar (2012) as contradições na administração pública da pequena cidade ainda trazem outros ingredientes: o patrimonialismo e o assistencialismo. Tais práticas estão presentes na relação Governo Municipal e cidadãos pois “a prestação de serviços à população é substituída por práticas patrimonialistas e de um assistencialismo rasteiro que advém dos empregos públicos” e também de outros favores possíveis à administração.

O principal repasse de verbas públicas via Governo Federal é o Fundo de Participação dos Municípios (FPM), que é baseado no número de habitantes. Assim, diminuição da população no município de Goiás acarreta cortes nos repasses e conseqüente diminuição no poder de gestão do território. Essa “ruína financeiro-produtiva e econômica do município estabelece aberturas para o patrimonialismo e o assistencialismo do Estado-Município social” (BACELAR, 2012). Fica evidente aqui também as relações patrimonialistas entre administrações municipais, estaduais e federais onde alguns investimentos são conquistados não por critérios técnicos e projetos bem desenvolvidos, mas por troca de apoio político ou outros interesses. Ainda para o autor, “as possíveis alocações dos recursos ficam ao sabor

político e não técnico, induzindo um ciclo vicioso em que a população total é penalizada e fica refém da situação política do momento municipal”.

No município de Goiás a prova do patrimonialismo e o assistencialismo praticados está na falta de uma política de Planejamento Urbano expressa pela ausência de revisões/atualização do um Plano Diretor de 1996, na ausência de uma Secretaria de Planejamento Urbano e Conselho de Participação e sequer um profissional Arquiteto e Urbanista entre os funcionários da prefeitura. Tal fragilidade é planejada pela “máquina de crescimento” que ao seu bel prazer vai pontualmente tomando as decisões em seu favor e no momento oportuno.

## 6 CONCLUSÃO

A falta de planejamento urbano municipal – diretrizes a médio e longo prazo – voltado a moldar a cidade de forma coerente com seu poder de gestão tem acarretado como efeitos social, ambiental, cultural e economicamente perversos, o espraiamento da cidade com o esvaziamento do Centro Histórico, tanto de seus habitantes quanto de instituições públicas e serviços.

A legislação municipal e os parâmetros urbanísticos devem priorizar a vida pública nas áreas preservadas da cidade, utilizando de financiamentos e programas federais e estaduais para atingir esse objetivo. O estudo atesta que a chave da preservação é o planejamento urbano voltado a ocupar o Centro Histórico com diversidade de usos, serviços, tipologias de edifícios e tipos de habitação.

É necessário reprogramar a “máquina de crescimento” numa outra perspectiva, ambiental e economicamente sustentável e socialmente inclusiva. Tal mudança de rumo exige: 1 - **estudos e pesquisas** – que sempre foram feitos sobre a cidade, mas agora, com a instalação do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Goiás na cidade podem e devem ser mais efetivos; 2 – **reformulação da Estrutura Organizacional da Prefeitura**, incluindo uma Secretaria de Planejamento Urbano e conselho de participação popular, 3 – imediata **revisão do Plano Diretor e planos setoriais**.

Entende-se que a mudança de rumo não é fácil e nem rápida, mas é necessário que estudos como esse simplifiquem o entendimento da dinâmica urbana local e possam ser instrumento de informação e formação da população local constringendo setores e atores que insistam em usar a cidade como saída para seus ganhos individuais prejudicando e onerando o desenvolvimento do município.

## 5 REFERÊNCIAS

Bacelar, W. K. (2012) A análise da pequena cidade sob o ponto de vista político-administrativo. In: Dias PC, Santos J, organizadores. **Cidades médias e pequenas: contradições, mudanças e permanências nos espaços urbanos**. Salvador: SEI.

Carlos, A. F. A. (2008) **A (re)produção do espaço urbano**. São Paulo: ed. USP.

IBGE (2010) **Censo Demográfico 2010. Características da população e dos domicílios: resultados do universo**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2011. Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br). Acesso em: mar. 2020.

Chaibud, P. B. W. e Jr, J. L. G. (1999) **Dossier da Candidatura de Goiás para integrar o Patrimônio Mundial reconhecido pela UNESCO.** IPHAN.

Maricato, E. (2011) **Brasil Cidades. Alternativas para a crise urbana.** Rio de Janeiro: Vozes.

Molotch, H. (1976) **The City as a Growth Machine: Toward a Political Economy of Place** American Journal of Sociology 82 pp. 309- 322 – ONLINE - acessado em [web.ics.purdue.edu/~hoganr/SOC%20602/Spring%202014/Molotch%201976.pdf](http://web.ics.purdue.edu/~hoganr/SOC%20602/Spring%202014/Molotch%201976.pdf).

Schvarsberg, B. (2019). **Consistência do planejamento e da gestão urbana na área metropolitana de Brasília.** urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana, 11, e20180088. <https://doi.org/10.1590/2175-3369.011.e20180088>